

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026/SMCET/FMC

SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS

“GUAXUPÉ 114 ANOS E GUAXUPÉ CAFÉ FESTIVAL 2026”

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

JULGAMENTO DE RECURSO

Número de Inscrição: 040/2026

Interessado: Bruno Luiz da Silva

Nome do Projeto: Aromas de Guaxupé – O ciclo da terra

Objeto do Recurso: Recurso administrativo – Recurso administrativo contra resultado da Etapa de Seleção – Edital de Fomento 07/2026

I. Relatório

Bruno Luiz da Silva, proponente do projeto “Aromas de Guaxupé — O Ciclo da Terra”, inscrito na categoria Audiovisual, interpôs recurso administrativo contra o resultado preliminar da Etapa de Seleção do Edital nº 07/2026/SMCET/FMC.

O recurso tem por objeto a revisão da pontuação atribuída ao Critério 1 (Trajetória Cultural e Capacidade Técnica), no qual o projeto recebeu 20 pontos. O proponente sustenta que a redução da pontuação se baseou na ausência de apresentação de contratos e notas fiscais, exigência que, segundo demonstra, não se aplica ao caso concreto, uma vez que não utilizou a Declaração de Competência Técnica (Anexo XI), conforme previsto no item 4.5 do edital.

Alega, ainda, que a comprovação de sua trajetória foi realizada por meio de portfólio idôneo, composto por registros audiovisuais, links, fotos e materiais de divulgação, atendendo plenamente às exigências editalícias.

II. Fundamentação

A Comissão de Seleção e Monitoramento procedeu à reanálise do recurso à luz do edital e dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente a legalidade, a vinculação ao instrumento convocatório e a motivação.

Verifica-se que o item 4.5 do edital estabelece, de forma clara, que a comprovação da atuação cultural pode ser realizada por meio de currículo e portfólio, admitindo diversos documentos idôneos para essa finalidade. A exigência de apresentação de notas fiscais ou contratos está condicionada especificamente à hipótese de utilização da Declaração de Competência Técnica (Anexo XI), conforme expressamente previsto no dispositivo.

No caso concreto, restou comprovado que o proponente não se utilizou da referida declaração, tendo optado por apresentar outros meios de comprovação admitidos pelo edital, tais como registros audiovisuais, links de vídeos, materiais de divulgação e registros de projetos anteriores.

Dessa forma, a ausência de contratos e notas fiscais não pode ser considerada como fundamento válido para redução de pontuação, uma vez que não constitui exigência aplicável à forma de comprovação adotada pelo proponente.

Ademais, a reanálise do conjunto documental demonstra que o material apresentado é suficiente, consistente e adequado para aferição da trajetória cultural e da capacidade técnica, evidenciando atuação compatível com os requisitos do critério.

Assim, constatado que a pontuação inicialmente atribuída se baseou, ao menos em parte, em interpretação equivocada do edital quanto à exigência documental, impõe-se sua revisão, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da correção dos atos administrativos.

III. Conclusão

Diante do exposto, reconhecendo-se que a exigência de apresentação de contratos e notas fiscais não se aplica ao caso concreto e que o conjunto documental apresentado atende plenamente às exigências do edital, a Comissão de Seleção e Monitoramento decide pelo **DEFERIMENTO** do recurso administrativo apresentado por Bruno Luiz da Silva.

Em consequência, determina-se a revisão da pontuação atribuída ao Critério 1, elevando-a ao patamar máximo de 30 pontos, com a consequente atualização da nota final do projeto para 90 pontos.